ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Texto de substituição
apresentado pela Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
relativo à
PROPOSTA DE LEI N.º 85/XIII/2.ª (GOV)
Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei cria o regime jurídico da conversão de créditos em capital.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 - A presente lei consagra o regime da conversão em capital de créditos detidos sobre uma sociedade comercial ou sob forma comercial com sede em Portugal, adiante designadas por sociedade.

2 - A presente lei não se aplica à conversão em capital de créditos detidos sobre empresas de seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, empresas de investimento, sociedades abertas e entidades integradas no setor público empresarial, na aceção do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelas Leis n.ºs 75-A/2014, de 30 de setembro, e 42/2016, de 28 de dezembro.

3 - Não são suscetíveis de conversão em capital nos termos previstos na presente lei os créditos detidos por entidades públicas, excetuando-se entidades integradas no setor público empresarial.

4 - Não são suscetíveis de conversão em capital nos termos previstos na presente lei os créditos sobre sociedades cujo volume de negócios, tal como resultante das últimas contas de exercício aprovadas, seja inferior a 1ME [um milhão de euros].

5 - A aplicação do presente regime às entidades integradas no setor público empresarial depende de autorização prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças e do cumprimento dos princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial.

6 - O presente regime não prejudica a aplicação de outros mecanismos de conversão de créditos em capital, seja esta operada de modo voluntário seja por aplicação do previsto no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março.

Artigo 3.º

Proposta de conversão

1 - Os credores podem propor à sociedade, nos termos previstos no presente artigo, a conversão dos seus créditos em capital social, quando se verifiquem, cumulativamente, os seguintes pressupostos:

a) O capital próprio da sociedade, tal como resultante das últimas contas de exercício aprovadas ou, se as houver, de contas intercalares elaboradas pelo órgão de administração e aprovadas há menos de três meses, seja inferior ao capital social;

b) Se encontrem em mora superior a 90 dias créditos não subordinados sobre a sociedade de valor superior a 10% do total de créditos não subordinados ou, caso estejam em causa prestações de reembolso parcial de capital ou juros, desde que estas respeitem a créditos não subordinados de valor superior a 25% do total de créditos não subordinados.

2 - Para os efeitos da presente lei, consideram-se créditos subordinados e não subordinados aqueles assim qualificados no artigo 47.º do CIRE.

3 - A proposta referida no n.º 1 deve ser subscrita por credores cujos créditos constituam, pelo menos, dois terços do total do passivo da sociedade e a maioria dos créditos não subordinados, e deve ser acompanhada dos seguintes elementos:

a) Relatório elaborado por revisor oficial de contas que demonstre a verificação dos pressupostos referidos no n.º 1;

b) Documento contendo as propostas de alteração do capital social da sociedade, aplicando-se o disposto no artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro.

4 - No cálculo do passivo da sociedade referido no número anterior não se computam os créditos referidos no n.º 3 do artigo anterior.

5 - O órgão de administração da sociedade tem o dever de prestar aos credores a informação por estes solicitada com vista à elaboração da proposta referida no n.º 1.

6 - Não sendo prestada a informação referida no número anterior no prazo de 10 dias a contar da data em que a mesma seja solicitada, os pressupostos referidos na alínea *b)* do n.º 1 são aferidos pelo revisor oficial de contas, em função dos elementos fornecidos pelos credores no que respeita aos montantes em mora, e das últimas contas aprovadas, no que respeita à proporção entre os montantes em

mora e o passivo da sociedade.

7 - O aumento de capital social pode ser precedido de redução prévia do capital social para cobertura de prejuízos, incluindo para zero ou outro montante inferior ao mínimo estabelecido na lei para o respetivo tipo de sociedade, caso seja de presumir que, em liquidação integral do património da sociedade, não subsistiria qualquer remanescente a distribuir pelos sócios.

8 - O documento a que se refere a alínea *b*) do número anterior deve:

a) Descrever o conteúdo concreto da operação;

b) Quando aplicável, prever a redução do capital social e respetiva justificação, nos termos do número anterior;

c) Prever o montante do aumento do capital social a subscrever pelos credores proponentes, mediante a conversão dos créditos não subordinados de que sejam titulares em participações sociais, bem como a fundamentação do rácio de conversão do crédito em capital.

9 - Quando aplicável, o relatório do revisor oficial de contas referido na alínea *a)* do n.º 3 deve demonstrar a verificação do requisito previsto no n.º 5 para a redução prévia do capital social.

10 - A proposta a que se refere o presente artigo deve ser acompanhada de projetos de alteração dos estatutos da sociedade, e, quando aplicável, pode prever a transformação da sociedade noutra de tipo distinto, bem como a exclusão de todos os sócios, desde que as participações sejam destituídas de qualquer valor.

11 - Após o aumento, o capital próprio da sociedade tem de ser superior ao valor do capital social à data da proposta.

12 - Os sócios gozam sempre de preferência no aumento de capital, entendendo-se que, nesse caso, o aumento deve ser realizado em dinheiro, que é obrigatoriamente aplicado na amortização dos créditos que, nos termos da proposta, seriam convertidos em capital.

13 - Se nem todos os sócios exercerem o seu direito de preferência, podem os preferentes subscrever a parte de capital que caberia aos demais, na proporção das suas ações.

14 - Caso não haja intenções de subscrição correspondentes à totalidade das novas entradas, o valor das entradas em dinheiro que sejam efetivamente realizadas é aplicado na amortização dos créditos que não sejam convertidos em capital, proporcionalmente ao montante dos mesmos e com respeito pela prioridade que

lhes caiba.

Artigo 4.º

Deliberação dos sócios

1 - Uma vez recebida a proposta de conversão, deve ser imediatamente convocada assembleia geral da sociedade, a qual tem lugar no prazo de 60 dias a contar da data de receção da proposta, com o objetivo de aprovar ou recusar as deliberações referidas na proposta.

2 - A sociedade pode acordar com os credores modificações à proposta, as quais, no entanto, devem ser facultadas aos sócios com a antecedência correspondente ao prazo legal ou contratual de convocação da assembleia geral da sociedade.

3 - Sendo recusada a proposta, com as eventuais modificações resultantes do disposto no número anterior, não sendo realizada assembleia geral ou não sendo aprovadas ou executadas as deliberações nela previstas no prazo de 90 dias a contar da data de receção da proposta, podem os credores proponentes requerer ao tribunal competente para o processo de insolvência o suprimento judicial da deliberação de alteração social, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 5.º

Suprimento judicial

1 - Para os efeitos da presente lei, o processo de suprimento judicial da deliberação social inicia-se pela apresentação de requerimento pelos credores proponentes da alteração do capital social, acompanhado dos seguintes elementos:

a) A proposta de conversão, acompanhada de todos os documentos que a instruem;

b) O comprovativo da recusa da proposta, quando tal tenha ocorrido, o comprovativo da não realização da assembleia geral, declaração subscrita pela sociedade ou ata da assembleia geral que comprove que a proposta não foi adotada;

c) Uma lista de credores conhecidos para além dos proponentes.

2 - Recebidos os documentos mencionados no número anterior, o juiz nomeia um administrador judicial provisório, devendo a secretaria:

a) Notificar os credores não proponentes que constem da lista de créditos relacionados pelos requerentes da existência da proposta, ficando esta

disponível na secretaria do tribunal para consulta;

b) Publicar no portal *Citius* a lista provisória de créditos, nos termos previstos no n.º 4.

3 - Qualquer credor dispõe de 20 dias a partir da data de publicação no portal *Citius* do despacho a que se refere a alínea *a)* do número anterior para relacionar os seus créditos e para referir se pretende igualmente converter os seus créditos em capital, devendo as comunicações ser remetidas ao administrador judicial provisório, que, no prazo de cinco dias, elabora uma lista provisória de créditos.

4 - A lista provisória de créditos é imediatamente apresentada na secretaria do tribunal e publicada no portal *Citius*, podendo ser impugnada no prazo de 10 dias úteis.

5 - Após o decurso do prazo a que se refere o número anterior, o juiz dispõe de cinco dias úteis para decidir sobre as impugnações formuladas.

6 - Não sendo impugnada no prazo previsto no n.º 4, a lista provisória de créditos converte-se de imediato em lista definitiva, procedendo o juiz, no prazo de 10 dias, à análise da proposta, devendo homologá-la se respeitar a maioria prevista no n.º 3 do artigo 3.º e se se verificarem as demais condições previstas na presente lei.

7 - A lista a que se refere o número anterior é apenas considerada para os efeitos previstos no presente artigo.

8 - A sentença homologatória constitui título bastante para a redução de capital, aumento de capital, modificação dos estatutos, transformação e exclusão de sócios, bem como para a realização dos respetivos registos.

9 - O processo de suprimento judicial a que se refere o presente artigo tem natureza urgente.

Artigo 6.º

Aquisição subsequente do capital

Os sócios podem, no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da sentença homologatória, adquirir ou fazer adquirir por terceiro por si indicado o capital da sociedade resultante da alteração, pelo respetivo valor nominal, desde que igualmente adquiram ou paguem na totalidade os créditos remanescentes sobre a sociedade, detidos pelos credores proponentes.

Artigo 7.º

Processo de insolvência da sociedade

1 - Caso a sociedade seja declarada insolvente, produzem-se os seguintes efeitos:

a) Caducam imediatamente, consoante os casos, a proposta prevista no artigo 3.º e os efeitos da deliberação prevista no artigo 4.º;

b) Estando pendente o processo de suprimento judicial previsto no artigo 5.º, extingue-se a respetiva instância.

2 - Uma vez registadas as alterações ao capital social nos termos da presente lei, a sociedade deve comunicar imediatamente as mesmas e o seu registo a qualquer processo de insolvência que se encontre pendente, extinguindo-se a respetiva instância, caso não haja ainda sido declarada a insolvência.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Palácio de São Bento, em 13 de dezembro de 2017

O Presidente da Comissão

(Hélder Amaral)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

PROPOSTA DE LEI N.º 85/XIII/2.ª (GOV)

Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital

Relatório de votação indiciária

1. A Proposta de Lei n.º 85/XIII/2.ª, do Governo, deu entrada na Assembleia da República, em 22 de maio de 2017, tendo sido discutido na generalidade em 23 de junho e, por determinação de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República, baixado nesse mesmo dia sem votação, para nova apreciação na generalidade pela Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, por um período de 60 dias.

2. No âmbito da nova apreciação na generalidade foram apresentadas propostas de alteração pelo PS, pelo CDS-PP e pelo PCP.

3. A Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sua reunião de 13 de dezembro de 2017, na qual se encontravam presentes os Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP, procedeu à votação indiciária desta proposta de lei e das propostas de alteração apresentadas, e elaborou um texto de substituição.

4. A votação decorreu nos seguintes termos:

Artigo 2.º da PPL n.º 85/XIII/2.ª (GOV) – "Âmbito de aplicação"

- Votação indiciária dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovada indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X				
Contra							
Abstenção	X			X	X		

- Votação indiciária da proposta de eliminação, apresentada pelo CDS-PP, do n.º 3 do artigo 2.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Rejeitada indiciariamente.**

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor	X			X			
Contra		X	X		X		
Abstenção							

- Votação indiciária da proposta de alteração, apresentada pelo PCP, do n.º 3 do artigo 2.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovada indiciariamente**. Esta votação prejudica a redação da PPL 85/XIII/2.ª para este número.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X		X		
Contra	X			X			
Abstenção							

- Votação indiciária da proposta de aditamento, apresentada pelo PS, de um novo n.º 4, com renumeração do existente, ao artigo 2.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovada indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X				
Contra							
Abstenção	X			X	X		

- Votação indiciária da proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, de um novo n.º 4, com renumeração do n.º 4 existente, ao artigo 2.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovada indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X		X		
Contra	X			X			
Abstenção							

- Votação indiciária da proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, de um novo n.º 5, com renumeração do n.º 4 existente, ao artigo 2.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Rejeitado indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor			X		X		
Contra	X	X		X			
Abstenção							

- Votação indiciária do n.º 4 do artigo 2.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovado indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X				
Contra							
Abstenção	X			X	X		

Artigos 3.º a 7.º da PPL n.º 85/XIII/2.ª (GOV)

- Votação indiciária dos artigos 3.º a 7.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovados indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X				
Contra							
Abstenção	X			X	X		

Proposta de aditamento, apresentada pelo PS, de um novo artigo, identificado como artigo 7.º-A, com a epígrafe "Disposições diversas", a inserir a seguir ao artigo 7.º da PPL n.º 85/XIII/2.ª. Retirada.

Artigo 8.º da PPL n.º 85/XIII/2.ª (GOV) – "Entrada em vigor"

- Votação indiciária do artigo 8.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovado indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X				
Contra							
Abstenção	X			X	X		

Artigo 1.º da PPL n.º 85/XIII/2.ª (GOV) – "Objeto"

- Votação indiciária do artigo 1.º da PPL 85/XIII/2.ª. **Aprovado indiciariamente**.

	GP PSD	GP PS	GP BE	GP CDS-PP	GP PCP	GP PEV	PAN
Favor		X	X				
Contra							
Abstenção	X			X	X		

5. O Governo fez chegar à Comissão a informação de que retirava a proposta de lei em benefício do texto de substituição resultante desta votação.

6. Segue em anexo o texto de substituição resultante desta votação.

Palácio de São Bento, em 13 de dezembro de 2017

O Presidente da Comissão

(Hélder Amaral)

C-1

Grupo Parlamentar PARTIDO SOCIALISTA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
CEIOP
N.º Único 589176
Entrada/Saída n.º 488
Data 30/11/2017

Proposta de Lei n.º 85/XIII/2

Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital

Propostas de Alteração

«Artigo 2.º

[...]

1- [...]
2- [...]
3- [...]
4- Não são suscetíveis de conversão em capital nos termos previstos na presente lei os créditos sobre sociedades cujo volume de negócios, tal como resultante das últimas contas de exercício aprovadas, seja inferior a 1ME [um milhão de euros].
5- [Anterior número 4].»

F-PS, BE
A-PSD, CDS-PP, PCP

Proposta de Aditamento

«Artigo 7.º-A Retirada

Disposições diversas

1- As instituições de crédito que adquiram participações no capital de sociedades por conversão dos seus créditos nos termos da presente lei não podem deter essas participações por prazo superior a 18 meses.
2- O disposto na presente lei não afasta a aplicação das regras sobre controlo de concentrações de empresas.".»

Palácio de São Bento, 30 de novembro de 2017.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

C-2

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
CEIOP
N.º Único 589214
Entrada/Saída n.º 490
Data 30/11/2017

Proposta de Lei n.º 85/XIII
Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital

Proposta de Alteração

Artigo 2.º
[Âmbito de aplicação]

1 – [...].
2 – [...].
3 – Não são suscetíveis de conversão em capital nos termos previstos na presente lei os créditos detidos por entidades públicas, excetuando-se **entidades integradas no setor público empresarial.**
4 **[Novo] A aplicação do presente regime às entidades integradas no setor público empresarial depende de autorização prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças e do cumprimento dos princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial.**
5 **[Novo] – Não são suscetíveis de conversão em capital nos termos previstos na presente lei os créditos adquiridos por organismos de investimento coletivo em valores mobiliários.**
6 – [anterior n.º 4]

F-PS, BE, PCP
C-PSD, CDS-PP

F-PS, BE, PCP
C-PSD, CDS-PP

F-BE, PCP
C-PS, PSD, CDS-PP

Assembleia da República, 30 de Novembro de 2017

Os Deputados,

C-3

Grupo Parlamentar

CDS-PP

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
CEIOP
N.º Único 589482
Entrada/Saída n.º 494
Data 5/12/2017

Proposta de Lei n.º 85/XIII

Cria o regime jurídico da conversão de créditos em capital

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

Artigo 2.º
Âmbito de aplicação

F- PSD, CDS-PP
C- PS, BE, PCP

1 - [...].

2 - [...].

3 - **Eliminar**.

4 - O presente regime não prejudica a aplicação de outros mecanismos de conversão de créditos em capital, seja esta operada de modo voluntário seja por aplicação do previsto no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março. **(Renumerado com o nº 3)**

Assembleia da República, 12 de outubro de 2017

Os Deputados:

Pedro Mota Soares

Hélder Amaral